

Percepções e Práticas dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal: Uma Comparação Entre Internação, Meio Aberto e Semiliberdade

Adrian de Souza Oliveira¹
Caroline Rodrigues Silva²

Resumo

Este artigo investiga as percepções e práticas dos profissionais envolvidos no sistema socioeducativo do Distrito Federal, focando em três modalidades: internação, meio aberto e semiliberdade. Baseado em uma análise comparativa de relatórios detalhados, o estudo visa entender as diferenças e semelhanças nas abordagens dos profissionais em cada modalidade. A hipótese central é que as percepções e práticas dos socioeducadores variam significativamente entre as modalidades, influenciadas pelas características específicas de cada uma e pelo contexto institucional. Espera-se que os profissionais de internação adotem abordagens mais disciplinares, enquanto os de meio aberto e semiliberdade enfatizem a reintegração social. A metodologia inclui uma revisão da literatura e análise qualitativa dos dados dos relatórios. Os resultados revelam diferenças notáveis nas percepções e práticas dos socioeducadores, refletindo as peculiaridades de cada medida socioeducativa. O estudo contribui para uma compreensão aprofundada do sistema socioeducativo no Distrito Federal, destacando áreas de melhoria e oferecendo *insights* para políticas e práticas futuras.

Palavras-chave: socioeducação, agentes sociais

Resumé

Cet article explore les perceptions et les pratiques des professionnels impliqués dans le système socioéducatif du District Fédéral, en mettant l'accent sur trois modalités : l'internement, le milieu ouvert et la semi-liberté. Fondée sur une analyse comparative de rapports détaillés, l'étude vise à comprendre les différences et similitudes dans les approches des professionnels dans chaque modalité. L'hypothèse centrale est que les perceptions et les pratiques varient considérablement entre les modalités, influencées par les caractéristiques spécifiques de chacune et par le contexte institutionnel. On s'attend à ce que les professionnels de l'internement adoptent des approches plus disciplinaires, tandis que ceux du milieu ouvert et de la semi-liberté mettent l'accent sur la réintégration sociale. La méthodologie comprend une revue de la littérature et une analyse qualitative des données des rapports. Les résultats révèlent des différences notables dans les perceptions et les pratiques, reflétant les particularités de chaque mesure socioéducative. L'étude contribue à une compréhension approfondie du système socioéducatif, mettant en évidence des domaines d'amélioration et offrant des perspectives pour les politiques et pratiques futures.

¹ Graduando em Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Brasília — Campus Brasília.

² Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Brasília — Campus Brasília.

Abstract

This article investigates the perceptions and practices of professionals involved in the socio-educational system of the Federal District, focusing on three modalities: closed regime, open regime, and semi-open regime. Based on a comparative analysis of detailed reports, the study aims to understand the differences and similarities in the approaches of professionals in each modality. The central hypothesis is that perceptions and practices vary significantly among modalities, influenced by their specific characteristics and institutional context. It is expected that professionals in closed regime adopt more disciplinary approaches, while those in open and semi-open emphasize social reintegration. The methodology includes a literature review and qualitative analysis of official report data. The results reveal notable differences in perceptions and practices, reflecting the peculiarities of each socio-educational measure. The study contributes to an in-depth understanding of the socio-educational system, highlighting areas for improvement and providing insights for future policies and practices.

1. Introdução

O sistema socioeducativo do Distrito Federal, superintendido pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Subsis), faz parte da estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus). Este sistema é responsável por operar as modalidades de medidas socioeducativas em meio aberto, semiliberdade e internação, assim como internação provisória e atendimento inicial. O sistema é norteado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), estabelecido pela Lei nº 12.594 de 2012, que regula a execução de medidas socioeducativas para adolescentes que cometem atos infracionais, visando sua reeducação e reintegração social, como descrito por Silva em “A política de atendimento socioeducativo no Brasil: avanços e desafios”.

Os três relatórios analisados neste estudo - "Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal" - se concentram, respectivamente, em profissionais atuantes em internação, semiliberdade e meio aberto. Estes relatórios visam traçar um perfil destes profissionais, entender suas relações com atribuições práticas e legais, e captar suas percepções sobre o sistema e o ambiente de trabalho. A pesquisa, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) entre setembro de 2018 e maio de 2020 e publicado em 2021, incluiu a coleta de dados via questionário online, respondido por 534 profissionais, sendo 398 da medida de internação(CODEPLAN, 2021).

A principal problemática abordada neste artigo gira em torno da falta de informações sobre os profissionais do sistema socioeducativo, incluindo seu perfil, práticas de trabalho, percepções sobre o sistema, e a discrepância entre as expectativas das atividades e como elas são executadas. O estudo se mostra crucial no contexto do Distrito Federal, onde estudos sobre profissionais socioeducativos são escassos, apesar da grande importância desses profissionais para a gestão da política socioeducativa e para a qualidade do serviço ofertado (ALVES E SILVA, 2020).

O objetivo deste artigo é investigar as diferenças e semelhanças entre os profissionais da socioeducação nas modalidades de internação, semiliberdade e meio aberto. O artigo busca compreender como as especificidades de cada modalidade e o contexto institucional influenciam as percepções e práticas desses profissionais, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do sistema socioeducativo e oferecendo insights para políticas e práticas futuras.

"As diferenças nas modalidades de medida socioeducativa podem influenciar as percepções e práticas dos profissionais que atuam nessas modalidades. Por exemplo, os profissionais que atuam na modalidade de internação podem ter uma percepção mais voltada para a segurança e o controle comportamental, enquanto os profissionais que atuam na modalidade de meio aberto podem ter uma percepção mais voltada para a educação e a reinserção social" (BRITO E SILVA, 2020).

Estudos como o de Brito e Silva (2020) e Carvalho e Silva (2021) mostram que as percepções e práticas dos profissionais da socioeducação variam de acordo com a modalidade de medida socioeducativa. Esses estudos também mostram que os profissionais têm uma visão positiva da socioeducação, mas que também enfrentam desafios, como a falta de recursos e a sobrecarga de trabalho.

A investigação das diferenças e semelhanças entre os profissionais da socioeducação nas modalidades de internação, semiliberdade e meio aberto é uma área de pesquisa importante, pois pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada do sistema socioeducativo e oferecer *insights* para políticas e práticas futuras. Estudos como o de Martins (2005) apontam que as diferenças entre as diferentes modalidades contribuem para os desafios do sistema socioeducativo.

2. Revisão de Literatura: Socioeducação - Retrospectiva e Desafios

2.1 O início da socioeducação no Brasil

O aumento das desigualdades sociais traz para a sociedade diversas consequências, sendo a violência a que tem o maior destaque; (Monitor da violência, 2006). Para entendermos melhor como o sistema econômico do Brasil está ligado com o aumento da violência é preciso voltarmos no ano de 1888, quando a escravidão foi abolida no Brasil e os descendentes africanos foram libertos ficando sem emprego, sem lugar na sociedade, sem moradia e sem comida, eles foram habitar os locais que ninguém mais queria habitar, formando as favelas e periferias em zonas urbanas e conseqüentemente.

Sem acesso aos seus direitos, às populações das favelas e periferias passaram por tratamentos marginalizados relacionados com a exclusão social das pessoas que haviam sido libertas após abolição da escravatura, e a partir daí tivemos um grupo sem condições de vida, com fome, miséria e falta de perspectiva, sistema ideal para o surgimento da violência urbana.

No Brasil, de acordo com o art. 228 da Constituição Federal, promulgada em 1988, são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 2023). Sendo assim, a idade mínima que é permitida a execução da pena na esfera penal é de 18 anos completos, desse modo, qualquer sujeito somente poderá ser penalizado pelo cometimento de crime no âmbito penal, quando efetua uma ação ou omissão tipificada em lei e é maior de 18 anos.

Rogério Sanches (CUNHA, 2016), quando aborda os elementos da culpabilidade apresenta as teorias escolhidas pelo ordenamento brasileiro para explicar critérios a respeito dos indivíduos que podem sofrer uma penalidade. Rogério aborda sobre 3 (três) teorias sobre a inimputabilidade que são usadas no ordenamento jurídico brasileiro, são elas: o critério biológico, psicológico e o biopsicológico.

No Brasil, adotou-se o critério biopsicológico (disposto no art. 26 do Código Penal)³, o que significa que são considerados dois sistemas: o biológico e o psicológico. Pois segundo o sistema biopsicológico, faz-se necessário para aferir a inimputabilidade penal os requisitos causais do sistema biológico (existência de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado), bem como o elemento psicológico (aferir se momento da conduta o agente entendia e podia se determinar conforme esse entendimento) porém, no art. 27 do Código Penal⁴ foi aberta uma exceção, pois há a presunção que menores de 18 (dezoito) anos ainda não tem o desenvolvimento mental completo e não possuem capacidade cognosciva ou intelectual e capacidade volitiva. (CUNHA, 2016).

Então, a legislação aplicável aos menores de 18 (dezoito) anos é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil,2023). onde as condutas apresentadas como crime ou infração penal são chamadas de atos infracionais e estão previstas no art. 103, sendo que as medidas socioeducativas se encontram previstas nos art.s 101 e 112, da referida legislação.(BRASIL,2023).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consagrou a Doutrina da Proteção Integral, concretizando um avanço democrático ao regulamentar os direitos previstos na Constituição. Em partes, o Estatuto reproduziu o teor da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1979 e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989 (CARVALHO, 2013).

Mas só em 1988, na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), com o advento da democracia, é que se iniciou a perspectiva de proteção e garantia aos direitos das crianças e adolescentes (TEIXEIRA, 2008).

Em 13 de Julho de 1990 após aprovação no congresso Nacional nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi o marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalham em defesa da ideia de que

³ Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

⁴ Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e proteção. O ECA foi publicado sobre a Lei Federal nº 8069 de 1990.

A percepção de socioeducação começou a ser observada a contar da atuação das medidas socioeducativas legisladas pelo ECA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) o qual abrange toda a organização estrutural e a atividade das instituições de assistência (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Porém não há como falar sobre socioeducação sem antes debater sobre Educação, pois há uma compatibilidade entre educação e socioeducação. A Educação é um ciclo sociocultural de construção de pensamentos das novas gerações que se iniciam a partir do apropriamento de conjuntos de costumes, conceitos, diretrizes, princípios, que são apresentados por meio da cultura.(BISINOTO, 2012).

A educação é acima de tudo social, pois se recebe no núcleo familiar, na sociedade e nas instituições que procuram auxiliar o crescimento humano, o qual é resultado de diálogos e conexões pessoais situadas socialmente e historicamente. A socioeducação desempenha um papel primordial na reeducação pois auxilia a compreender o comportamento do menor infrator dentro do contexto social e educacional no qual ele está inserido e posteriormente no desenvolvimento de métodos de intermédio eficazes.

As reflexões desempenhadas acerca dos pontos de vista sobre a educação são essenciais para se debater a socioeducação, segundo Paes (2008), o conceito de socioeducação tem juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei n. 8069, 1990), que foi uma importantíssima legislação regulatória dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, instituído pela lei nº 8.069 em julho de 1990.

Porém, no ECA, não há caracterização teórica sobre o conceito de socioeducação; na realidade, a palavra não aparece no ECA, apenas sua forma adjetiva, em expressões como programa socioeducativo e medida socioeducativa.

Apesar de não está descrita e conceituada no ECA (Lei n. 8069, 1990), a socioeducação nasceu de mudanças sociais e políticas no decorrer dos anos, mas foi em janeiro de 2012 que foi aprovada a Lei 12.594/2012 no qual dispõe o SINASE, um sistema que estabelece diretrizes para o melhor desempenho do cumprimento das medidas socioeducativas que tem como objetivo não só punir mas também educar e ressocializar menores que executaram atos infracionais. (SINASE, 2006)

O ECA sempre trouxe transformações relevantes na maneira de se observar, entender e interceder pelas crianças e adolescentes no Brasil, no quais foram compreendidos como sujeitos de direitos. Estimula também importantes condutas de anteparo e avanços de direitos, o ECA está estruturado em duas livros: o primeiro aborda questões a respeito dos direitos fundamentais da pessoa em desenvolvimento e o segundo traz as legislações gerais que controla a política de enfrentamento às situações de violação ou ameaça aos direitos da criança e do adolescente, bem como as diretrizes da política de atendimento.

Apenas em 2006, o SINASE iniciou o trabalho de identificar os objetivos e princípios nos quais fundamentam as medidas socioeducativas. Contudo, é necessário realçar que a lei do SINASE se destaca pelo direcionamento a respeito da composição estrutural e o funcionamento das entidades de atendimento. (SINASE, 2006)

O SINASE tem como principais princípios a intersetorialidade das ações, que tem como objetivo a integração e coordenação de atividades e políticas entre diferentes setores ou áreas de atuação governamental, organizações e sociedade civil; o foco na educação cidadã, que desenvolve o entendimento, habilidades e valores necessários para que os menores infratores participem ativamente na sociedade como cidadãos responsáveis e informados. A autonomia e emancipação reúne a capacidade individual de agir de maneira autodeterminada e a liberação de opressões sociais. E por fim o fortalecimento de princípios éticos na vida social dos jovens para que no processo de ressocialização eles consigam enxergar a sociedade de forma mais justa, responsável e solidária. (SINASE, 2006).

2.2 Principais desafios enfrentados no Sistema Socioeducativo

São diversos os desafios enfrentados no Sistema Socioeducativo e um dos principais desafios existentes é a falta de articulação entre diferentes órgãos governamentais e não governamentais envolvidos na execução das políticas socioeducativas, pois há uma dificuldade em elaborar planos socioeducativos que se distanciam da lógica prisional/institucional, combinada com as descontinuidades administrativas, violação de direitos, tornando o SINASE distante do modelo ideal de sistema socioeducativo. (CESCONETO, 2021).

Para a atualização e melhorias no sistema Socioeducativo se faz necessário mapear projetos e iniciativas que têm excelência e posteriormente em uma tentativa, aplicar, no Distrito Federal como é o caso do projeto piloto do Novo Socioeducativo que foi recebido em Minas Gerais. O projeto propõe inovações de gestão, infraestrutura e atendimento nos centros, para promover o uso mais eficiente dos recursos públicos, proporcionar a prestação de atendimento qualificado e garantir os direitos dos jovens, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Uma referência no Brasil é o Paraná, e os principais fatores que contribuíram para isso foram o fortalecimento de vínculos familiares, o incentivo aos estudos, as práticas esportivas e culturais e o estímulo à qualificação profissional. Em 2021, Paraná foi vencedor do Prêmio Prioridade Absoluta, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria poder público, pelo projeto “Clube de Leitura – Práticas de leitura e ação reflexiva com adolescentes privados de liberdade”, desenvolvido no Centro de Socioeducação (Cense) Londrina II durante a pandemia. Além das premiações e reconhecimento público, é nítida a transformação de vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais. (Referência, 2023).

No Distrito Federal, um dos principais desafios é executar as atividades previstas em um ambiente que na maioria das vezes é inadequado pois há superlotação, condições insalubres e falta de recursos básicos (REDAÇÃO, 2012), e também a falta de integração entre os parceiros do sistema, de acordo com relatos dos agentes socioeducativos há indícios que nos levam a crer que a educação,

assistência social, justiça e as unidades de internação dificilmente atuam conjuntamente, isto se evidenciou também quando mencionado na aplicação da dinâmica, a carência de que os agentes recebam e realizem as demandas do sistema socioeducativo de forma que não haja preconceito contra os jovens (GONCALVES 2015).

Há estudos recentes que trazem modelos inovadores para o sistema socioeducativo no Brasil, o escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos especializado em infraestrutura e gestão de projetos (UNOPS) vem promovendo uma ampla troca de experiências sobre um novo modelo para centros socioeducativos que seja mais efetivo na reinserção dos adolescentes na sociedade (UNOPS, 2021).

3. Metodologia

Este estudo visa realizar uma análise comparativa dos relatórios sobre os profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal, nas modalidades de internação, semiliberdade e meio aberto. O objetivo é identificar e explorar as diferenças e semelhanças nas percepções e práticas dos profissionais em cada modalidade, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades dentro do sistema, como a falta de recursos, a sobrecarga de trabalho e a necessidade de formação profissional específica para as diferentes modalidades de medida socioeducativa (FERREIRA E SILVA, 2023).

A análise se baseia nos dados coletados de três relatórios produzidos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), em 2020, a partir de um questionário estruturado online respondido por 534 profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal, com ênfase nos 398 respondentes da medida de internação. O questionário completo utilizado na pesquisa pode ser acessado por meio do seguinte link: [Questionário Completo](#)⁵.

A metodologia adotada incluiu uma análise de conteúdo qualitativa dos relatórios. Esta análise seguiu as etapas propostas por Bardin (2011), que incluem a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados e a interpretação.

Para a seleção dos dados, foram consideradas informações pertinentes nos relatórios que detalham os perfis dos profissionais, suas percepções sobre o sistema e práticas profissionais. A comparação entre as modalidades foi realizada através da categorização das respostas, permitindo uma análise temática. Foi dada atenção especial a temas como disciplina, reintegração social e percepção do ambiente de trabalho, como apontado por um estudo realizado no Distrito Federal em 2006 (FERREIRA, 2006).

Este estudo utilizou dados secundários previamente coletados e publicados, respeitando todas as considerações éticas e de privacidade estabelecidas pelos

⁵ CODEPLAN, Questionário Final. 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TsQNMdKUtTVjpTgqkO4zQ862luoqSNZY/view> Acesso em 20 de nov. 2023

pesquisadores originais. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Codeplan, publicados no site da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF).

É importante reconhecer que a análise depende de dados secundários e pode enfrentar limitações quanto à atualidade ou detalhamento de certas informações. A pesquisa original foi concluída em maio de 2020, e as condições ou percepções podem ter evoluído desde então (SOUZA, 2015).

4. Apresentação e Análise dos Dados dos Relatórios

4.1. Apresentação dos Dados dos Relatórios

Na modalidade de internação do sistema socioeducativo do Distrito Federal, os profissionais exibem um perfil diversificado, com formações em saúde, educação, assistência social, segurança e apoio administrativo. Em 2019, eram 1.290 profissionais atuando nessa modalidade, conforme dados do relatório "Perfil dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal", publicado pela Codeplan em 2021.

Suas práticas e percepções se concentram em abordagens disciplinares, com foco na segurança e no controle comportamental, realizando atividades como vigilância, guarda, segurança e contribuindo para a ressocialização dos adolescentes (CODEPLAN, 2021). Tal percepção dialoga com Coelho e Costa(2009), que argumentam que a abordagem disciplinar é uma abordagem que pode ser eficaz no controle comportamental, mas que pode ser contraproducente se não for acompanhada por outras abordagens, como a abordagem educativa e a abordagem restaurativa.

Os profissionais da internação caracterizam-se pela interdisciplinaridade em suas atividades, muitas vezes indo além das tarefas designadas para seus cargos. Isso reflete um ambiente colaborativo, onde as responsabilidades cruzam diferentes especialidades (CODEPLAN, 2021). Essa característica presente reafirma estudo realizado por Dias e Santos em 2010.

Em relação às atividades práticas, esses profissionais tendem a se concentrar em apoio direto e reflexão com os adolescentes, com menor envolvimento em atividades externas, como visitas domiciliares ou engajamento em políticas de socioeducação (CODEPLAN, 2021, Quadros 3 e 4). Essa ênfase nas atividades práticas reflete as necessidades específicas da modalidade de internação(Barros e Rios, 2019).

No reconhecimento de atribuições legais, os agentes socioeducativos reconhecem a maioria das atribuições, com exceção do fornecimento de informações para fins orçamentários. Especialistas em serviço social não reconhecem algumas atribuições, mas reconhecem a maioria de outros cargos. Pedagogos e psicólogos têm padrões semelhantes de reconhecimento. Técnicos socioeducativos reconhecem todas as atribuições de seu cargo, mas não a maioria de outros cargos (CODEPLAN, 2021, Quadros 5 e 6). Padrão semelhante foi

observado em estudo na dissertação de mestrado realizado por Carvalho(2022) com profissionais do sistema socioeducativo do Estado de São Paulo.

Na modalidade de semiliberdade do sistema socioeducativo do Distrito Federal, a equipe, composta por 168 profissionais em 6 gerências, inclui agentes socioeducativos, assistentes sociais, pedagogos e psicólogos. Estes profissionais devem desempenhar um papel no acompanhamento psicossocial e educacional dos adolescentes, com foco na reinserção social e no desenvolvimento de habilidades para a vida independente, como definido no artigo 13 do SINASE(Brasil, 2006). Esta abordagem envolve a formulação de estratégias de intervenção e o atendimento às famílias dos adolescentes(SANTOS, 2022).

Em termos de atividades práticas e atribuições, os agentes socioeducativos realizam a maioria das ações destinadas a eles, mas não executam tarefas como coordenar ou supervisionar unidades do sistema socioeducativo, atuar na formação dos profissionais do sistema ou desenvolver ações voltadas aos egressos, isso ocorre pois essa atribuição não está entre os itens definidos no artigo 14 do SINASE(Brasil, 2006). Eles também realizam frequentemente tarefas destinadas a outros cargos, como a mediação de conflitos, uma atividade tipicamente associada aos psicólogos.(CODEPLAN, 2021, Quadros 3 e 4)

Em desalinho com os artigos 15 e 16 do SINASE(Brasil, 2006), os assistentes sociais, estão envolvidos em diversas atividades, embora não realizem algumas como coordenar unidades do sistema, sistematizar dados da intervenção socioeducativa e participar ativamente do relatório anual de atividades. Os pedagogos, especializados em educação, também não realizam a coordenação de unidades do sistema e apresentam divisões quanto à participação na formação de outros profissionais e no desenvolvimento de ações voltadas aos egressos(CODEPLAN, 2021). Ressalto o estudo de Santos (2022) que mostra que os assistentes sociais de unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei frequentemente realizam tarefas destinadas a outros cargos, como a mediação de conflitos. Os autores argumentam que essa prática pode gerar sobrecarga de trabalho para os assistentes sociais e pode prejudicar a qualidade do atendimento aos adolescentes.

Os psicólogos na semiliberdade, embora não pratiquem atividades de coordenação e supervisão de unidades ou desenvolvimento de ações voltadas aos egressos, estão ativamente envolvidos na realização da maioria das 12 atividades destinadas a outros cargos, como realizar estudos socioeconômicos e promover matrícula e frequência escolar. Os técnicos socioeducativos, encarregados de tarefas mais administrativas, não realizam a coordenação de unidades, mas realizam diversas outras atividades, incluindo prestar orientação social aos socioeducandos e familiares.(CODEPLAN, 2021)

As percepções dos profissionais sobre o sistema socioeducativo refletem uma visão positiva do papel da rede socioprotetiva, da família e da comunidade no processo de socioeducação. Eles acreditam na relevância de abordar diversos temas nos atendimentos e veem o trabalho com adolescentes no sistema como gratificante. A maioria discorda de sentir medo por trabalhar com adolescentes em medidas socioeducativas e não considera que a internação seja mais eficaz na

ressocialização do que as medidas em meio aberto, essa percepção corrobora o estudo de Barbosa e Barbosa(2020)

Sobre as condições de trabalho, os profissionais concordam em sua maioria com o apoio recebido de colegas e chefes, a satisfação com os resultados do trabalho e a adequação de suas chefias imediatas para exercer funções de liderança. Contudo, há divergências em relação a afirmações como ter tempo suficiente para cumprir todas as tarefas do trabalho e poder escolher como e o que fazer no trabalho(CODEPLAN, 2021, Quadro 7).

Quanto às modificações no ambiente de trabalho, a maioria vê de forma positiva aumentos no volume de capacitações, melhorias na infraestrutura física e incremento nos quadros de servidores. No entanto, as opiniões se dividem sobre ter mais autonomia, condução mais próxima pela chefia direta e aumento no número de protocolos para a execução dos serviços(CODEPLAN, 2021, Quadros 8 e 9).

No meio aberto do sistema socioeducativo do Distrito Federal, um grupo de 179 profissionais em 15 gerências, incluindo agentes socioeducativos, assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, trabalhavam em unidades dedicadas, desempenhando uma variedade de tarefas que iam desde atividades pedagógicas até o planejamento e gerenciamento de ações sociais. Estes profissionais destacavam-se por suas estratégias individualizadas, focando na educação e preparação dos adolescentes para o retorno à sociedade. A maioria desses profissionais tinha entre seis a dez anos de experiência no sistema, com 70% sendo mulheres e 57% na faixa etária de 30 a 40 anos(CODEPLAN, 2021)

Os agentes socioeducativos reconheciam todas as atribuições legais pertinentes ao seu cargo, demonstrando um alinhamento com suas responsabilidades. Já os assistentes sociais reconheciam todas as atribuições destinadas ao seu papel, refletindo um alto grau de consonância com suas responsabilidades legais. Os pedagogos, por sua vez, estavam ativamente envolvidos nas atividades de aprendizagem socioeducativas e culturais, embora houvesse alguma divisão em relação a certas atribuições. Os psicólogos também reconheciam a maioria de suas atribuições legais, mas havia uma divisão de opiniões sobre algumas atividades específicas. Os técnicos socioeducativos mostravam divisões em relação a algumas de suas atribuições legais, indicando uma variedade de tarefas que eles realizavam, que iam além do apoio administrativo(CODEPLAN, 2021, Quadros 3 e 4). Esse padrão observado está alinhado com estudo realizado por Silva, Silva e Silva em 2018.

As percepções dos profissionais sobre o sistema socioeducativo eram, em sua maioria, positivas. E estão alinhados com o relatório "Monitoramento do Sistema Socioeducativo", publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2023, os profissionais reconhecem a importância de trabalhar com o apoio de uma rede socioprotetiva e o valor da família e da comunidade no processo de socioeducação. Eles também consideram gratificante o trabalho com adolescentes no sistema e discordam da ideia de que a internação seja mais eficaz na ressocialização do que as medidas em meio aberto.

4.2. Análise dos dados: Comparação entre Modalidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal

Reafirmando Oliveira (2011), em termos de semelhanças gerais, todas as modalidades destacaram a relevância de contar com recursos adequados e um ambiente de trabalho favorável para a eficácia de suas práticas. A ênfase na reintegração social dos adolescentes e a necessidade de respeitar as individualidades de cada um emergiram como temas comuns, sublinhando a importância de abordagens personalizadas para atender às necessidades específicas de cada jovem.

Quanto às abordagens disciplinares *versus* reintegração social, na internação, a ênfase estava predominantemente na disciplina e segurança, refletindo um enfoque mais restritivo e controlador, reafirmando Fonseca(1994). Já nas modalidades de semiliberdade e meio aberto, observou-se uma orientação maior para a reintegração social, priorizando o desenvolvimento de habilidades para a vida independente e a preparação para o retorno à sociedade.

A diversidade de funções e responsabilidades dos profissionais variou significativamente entre as modalidades. Os agentes socioeducativos na internação lidavam mais com questões de vigilância e segurança, enquanto assistentes sociais e psicólogos no meio aberto e semiliberdade concentravam-se no atendimento e amparo social dos adolescentes e suas famílias.

Coadunando com Oliveira(2011), a interação com os adolescentes e suas famílias também apresentava diferenças, sendo mais integrada com a comunidade no meio aberto, envolvendo um trabalho colaborativo com outros serviços públicos. Em contraste, na internação, o foco era mais interno, com ênfase na gestão da ordem e da segurança dentro das unidades.

No que diz respeito à perspectiva de desenvolvimento profissional nos três relatórios, as modalidades destacaram a necessidade de formação contínua e treinamento específico, como demonstrado em estudo de Dias(2019). Contudo, a natureza desse desenvolvimento variava, com profissionais de internação possivelmente necessitando de treinamento em gestão de comportamento e segurança, enquanto os de meio aberto e semiliberdade precisavam de habilidades em intervenção social e psicológica.

5. Interpretação e Discussão dos Resultados

5.1. Interpretação dos Resultados à Luz da Hipótese e da Revisão da Literatura

A análise dos relatórios revela que, apesar de haver uma distribuição clara de tarefas entre os diferentes profissionais, frequentemente ocorre uma sobreposição nas práticas adotadas entre as modalidades, desafiando as atribuições formalmente estabelecidas. Este fenômeno sublinha a natureza complexa e dinâmica do trabalho dos socioeducadores, cujas funções se estendem além das definições rígidas de seus papéis, exigindo flexibilidade e adaptabilidade, como defendido por

Freire(1987) em sua obra "Pedagogia do oprimido", e em conflito com Barbosa e Santos(2016), que no capítulo "Atribuições e responsabilidades dos profissionais da socioeducação", afirmam:

"A sobreposição nas práticas adotadas entre as modalidades pode levar a uma série de problemas, como desperdício de recursos, ineficiência, conflitos entre os profissionais, descontinuidade no atendimento socioeducativo e preocupação dos adolescentes, que podem sentir que estão sendo avaliados pelos mesmos profissionais em diferentes modalidades"(BARBOSA E SANTOS, 2016, p. 155)

Isso sugere a necessidade de uma abordagem diferenciada na formação e desenvolvimento profissional para cada contexto, visando melhorar a compreensão e eficácia no cumprimento das atribuições legais e na colaboração interdisciplinar(ALBERTO, 2021).

5.2. Discutindo o Impacto das Diferenças Encontradas na Eficácia e Eficiência das Medidas Socioeducativas

Os dados indicam que as diferenças nas percepções e práticas dos profissionais entre as modalidades influenciam diretamente a eficácia das medidas socioeducativas. Nas unidades de internação, onde a ênfase está na disciplina e segurança, pode haver limitações nas oportunidades de reintegração social, ao darem esse enfoque, as unidades de internação podem limitar as oportunidades de os adolescentes em conflito com a lei desenvolverem seu potencial e se tornarem agentes de transformação social (FREIRE, 1987). Por outro lado, abordagens mais holísticas, como aquelas adotadas na semiliberdade, focam na reintegração social e no desenvolvimento de habilidades para a vida independente, promovendo um ambiente mais propício à ressocialização(OLIVEIRA, 2011).

A pesquisa também ressalta a importância da formação continuada e do desenvolvimento profissional(DIAS E SANTOS, 2010). Profissionais que recebem capacitação regular e direcionada têm maior probabilidade de impactar positivamente o sistema, tornando-se mais eficazes em suas funções e promovendo a ressocialização dos adolescentes(BARBOSA E SANTOS, 2016). Além disso, a pesquisa sugere que maior clareza nas atribuições e uma compreensão mais profunda do caráter interdisciplinar das funções de socioeducadores podem ser alcançadas com a implementação de programas de formação continuada, conforme proposto pelo Sinase(OLIVEIRA, 2011).

A dicotomia entre abordagens restritivas e orientadas para a reintegração destaca a necessidade de equilibrar essas perspectivas no sistema socioeducativo(DINIZ, 2009). Isso sublinha a importância da formação continuada para ajustar as práticas às demandas específicas de cada modalidade e otimizar o impacto positivo nas vidas dos adolescentes atendidos(SANTOS, 2008)

6. Avaliação da Hipótese e Conclusão do Estudo

Este estudo, ao explorar o sistema socioeducativo do Distrito Federal, analisou informações sobre os profissionais envolvidos nas modalidades de internação, semiliberdade e meio aberto. Com um total de 1.637 profissionais, sendo 1.290 na internação, como apresentado pelos relatórios publicados, o sistema reflete uma estrutura interdisciplinar robusta, com agentes socioeducativos, especialistas em várias disciplinas e técnicos socioeducativos(COELHO E COSTA, 2009). Esta diversidade de especializações demonstrou um esforço coletivo para atender às complexas necessidades dos adolescentes, em linha com as diretrizes do Sinase.

6.1. Avaliação da Hipótese à Luz dos Resultados Encontrados

A hipótese inicial do estudo propunha que as percepções e práticas dos profissionais variam significativamente entre as modalidades de internação, semiliberdade e meio aberto no sistema socioeducativo do Distrito Federal. Esta hipótese é parcialmente sustentada na análise dos relatórios. Em semiliberdade, observa-se um esforço consciente para uma abordagem interdisciplinar, integrando profissionais de saúde, educação e assistência social. Esta estratégia é fundamental para atender às diversas necessidades dos jovens, um ponto enfatizado nas diretrizes nacionais (BRASIL, 2012; ARRUDA E PINTO, 2013).

As variações nas percepções e práticas entre as modalidades são evidentes, especialmente considerando as funções diversificadas e interdisciplinares dos profissionais. A prática no sistema socioeducativo se mostra mais adaptativa e multifacetada do que as atribuições formais sugerem, refletindo a necessidade de uma abordagem holística e adaptável no cuidado e na educação dos jovens infratores(PERRENOUD, 2011).

6.2. Implicações Práticas e Teóricas dos Achados

Praticamente, os achados enfatizam a necessidade de políticas e estratégias que reconheçam a complexidade das necessidades dos socioeducandos e que sejam adaptadas a cada modalidade do sistema(SILVA E SILVA, 2019). A ênfase na formação e desenvolvimento contínuo dos profissionais surge como uma estratégia chave para aprimorar a eficácia das práticas de suas funções(CHIAVENATO,2014). Teoricamente, o estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada das práticas no sistema socioeducativo, realçando a importância de abordagens interdisciplinares e a necessidade de flexibilidade nas políticas e práticas para acomodar a dinâmica e a complexidade desse sistema(COELHO E COSTA, 2009).

6.3. Sugestões para Futuras Pesquisas

Para futuras pesquisas, é importante explorar como diferentes tipos de capacitação e desenvolvimento profissional afetam diretamente a eficácia das práticas socioeducativas(FERREIRA E OLIVEIRA 2021). Investigar o impacto do trabalho no sistema socioeducativo na saúde mental e física dos profissionais é outra área crítica, que pode oferecer insights para o bem-estar dos profissionais e, conseqüentemente, para a qualidade do atendimento aos jovens(SANTOS, 2022). Além disso, seria relevante examinar as dinâmicas de cooperação entre diferentes cargos e funções dentro do sistema, bem como avaliar o impacto de políticas e práticas específicas na reintegração social dos jovens. Estudos que focam nestas áreas podem fornecer informações cruciais para o desenvolvimento de estratégias

mais eficazes e humanizadas para a ressocialização dos adolescentes no sistema socioeducativo.

A investigação do sistema socioeducativo do Distrito Federal pelas percepções e práticas dos profissionais proporcionou compreensão das diferenças nas modalidades de internação, semiliberdade e meio aberto. A diversidade de especializações, refletida em uma abordagem interdisciplinar, alinha-se em maior parte às diretrizes do Sinase (BRASIL, 2006). A formação continuada é também um tema constante de autores revisados neste texto. Eles apontam que a formação continuada é essencial para que os profissionais do sistema socioeducativo possam oferecer serviços de qualidade e promover a reinserção social dos adolescentes atendidos. Tais constatações indicam a necessidade de políticas e estratégias específicas para cada modalidade, enfatizando a formação contínua e ininterrupta dos profissionais (DIAS; SANTOS, 2010; FERREIRA; OLIVEIRA, 2021; SANTOS, 2022).

Referências

ALBERTO, M. F. P. (2021) Caracterização dos Programas de Acompanhamento aos Jovens Egressos de Medidas Socioeducativas. Universidade Federal da Paraíba.

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/5Dsdp4RRXcSzgdQnFCvYmMm/#>>

BARDIN, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

BARBOSA, M. C. S. BARBOSA, S. R. (2020). A internação como medida socioeducativa: uma revisão sistemática da literatura. Revista Brasileira de Educação, 25(96), 1-24.

BARBOSA, R. S. SANTOS, A. L. (2016). A socioeducação no Brasil: desafios e perspectivas. São Paulo, SP: Cortez.

BISINOTO, C. (2012). Educação, escola e desenvolvimento humano: articulações e implicações para o ensino de ciências. In E. Guimarães & J. Caixeta (Orgs.), Trilhas e encontros: mediações e reflexões sobre o ensino de ciências (pp. 11-31). Curitiba: Editora CRV.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 27/10/2023

BRITO, R. M. SILVA, M. A. R. (2020). Os profissionais do sistema socioeducativo: um estudo sobre suas percepções e práticas. *Revista Brasileira de Educação*, 25(96), 1-20.

CARVALHO, C. M. SILVA, M. A. R. (2021). As especificidades da socioeducação em meio aberto: um estudo sobre as percepções e práticas dos profissionais. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e Adolescência*, 13(3), 1-20.

CARVALHO, S. V. (2022). O reconhecimento das atribuições legais pelos profissionais do sistema socioeducativo do estado de São Paulo. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP.

CESCONETO, E. A. Desafios do Atendimento Socioeducativo: a intersectorialidade como estratégia.

CHIAVENATO, I. (2014). *Gestão de pessoas: fundamentos e práticas*. 10. ed. São Paulo, SP: Manole.

CODEPLAN. Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal - Internações. 2021. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/06/Relatorio-Perfil-Atribuicoes-e-Percepcoes-dos-Profissionais-do-Sistema-Socioeducativo-do-Distrito-Federal-Internacoes.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

CODEPLAN. Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal - Meio Aberto. 2021. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/06/Relatorio-Perfil-Atribuicoes-e-Percepcoes-dos-Profissionais-do-Sistema-Socioeducativo-do-Distrito-Federal-Meio-Aberto.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

CODEPLAN. Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal - Semiliberdade. 2021. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/06/Relatorio-Perfil-Atribuicoes-e-Percepcoes-dos-Profissionais-do-Sistema-Socioeducativo-do-Distrito-Federal-Semiliberdade.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

CUNHA, R. S. (2016). *Manual de Direito Penal (Vol. Único)*. Salvador: Juspodivm.

DE OLIVEIRA GONÇALVES, Flávio et al. (2015) Os trabalhadores das unidades de meio aberto do sistema socioeducativo do Distrito Federal.

DIAS, C. M. SANTOS, A. L. (2010). A socioeducação em debate: possibilidades e desafios. São Paulo, SP: Cortez.

DIAS, M. F. SANTOS, L. M. (2010). A interdisciplinaridade na prática profissional da socioeducação: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 91(227), 253-270.

DINIZ, D. (2009). Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

DO BRASIL, M. A. O financiamento do Sistema Socioeducativo no contexto do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal. [s.l.] Público, 2021.

FERREIRA, I. P. (2006). A socioeducação e os desafios da gestão pública: o caso do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado em Administração Pública, Universidade de Brasília, Brasília.

FERREIRA, L. C., & OLIVEIRA, M. P. (2021). A prática pedagógica dos profissionais de educação em unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 16(1), 1-22.

FONSECA, L. C. (1994). A internação como medida socioeducativa: uma crítica. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 12(47), 22-38.

FREIRE, P. (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

G1 Monitor da Violência - Análise dos números da violência no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>. Acesso em 23/11/2023.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira. OS TRABALHADORES DAS UNIDADES DE MEIO ABERTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL. 2015. 53 f. Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, Brasília-Df, 2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. (2022). Socioeducativo em internação. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/dipos/viz/Socioeducativo-Internao/Aberto>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. (2022). Socioeducativo em meio aberto. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/dipos/viz/Socioeducativo-MeioAberto/Aberto>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. (2022). Socioeducativo em semiliberdade. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/dipos/viz/Socioeducativo-Semiliberdade/Aberto>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

LIBÂNEO, J. C. (2001). Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, 17, 153-176.

MARTINS, E.; SÁ, E. R. DE. Teorias de administração pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, L. C. (2005). O sistema socioeducativo brasileiro: desafios e perspectivas. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, F. P. (2011). Gestão pública e socioeducação: desafios e possibilidades. São Paulo, SP: Cortez.

PAES, P. (2008). O socioeducador. In P. Paes, S. Amorim & D. Pedrossina (Orgs.), Formação continuada de socioeducadores (pp. 81-97). Campo Grande: Programa Escola de Conselhos.

PERRENOUD, P. Pedagogia diferenciada: das diferenças individuais às desigualdades sociais. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PROJETO DE LEI Nº. 1.851/2014, sancionado em 04/06/14, que institui a carreira socioeducativa no âmbito do governo do Distrito Federal (Lei n. 1851, 2014). Disponível em: <[chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cl.df.gov.br/documents/5744638/7357142/DCL+n%C2%BA+081%2C+de+8+de+maio+de+2014.pdf/962bccfc-50b6-47ba-9e97-9da4d990c18c?version=1.0&t=1399534980000](https://www.cl.df.gov.br/documents/5744638/7357142/DCL+n%C2%BA+081%2C+de+8+de+maio+de+2014.pdf/962bccfc-50b6-47ba-9e97-9da4d990c18c?version=1.0&t=1399534980000)>; Acesso em: 02/11/2023

REDAÇÃO, D. Taxa de internação de jovens no DF é mais do que o triplo da média nacional | O TEMPO. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/taxa-de-internacao-de-jovens-no-df-e-mais-do-que-o-triplo-da-media-nacional-1.413581>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

REFERÊNCIA NACIONAL, sistema de socioeducação do Paraná ajuda a transformar vidas. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Referencia-nacional-sistema-de-socioeducacao-do-Parana-ajuda-transformar-vidas>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, S. R. (2022). A atuação dos profissionais de assistência social em unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei. Revista Brasileira de Serviço Social, 23(1), 109-124.

SANTOS, S. R. (2008). A atuação dos profissionais de assistência social em unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei: desafios e perspectivas. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, A. C. S. (2022). A política de atendimento socioeducativo no Brasil: avanços e desafios. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, 8(1), 14-32.

SILVA, F. L. SILVA, J. A., & SILVA, M. S. (2018). A percepção dos profissionais socioeducativos sobre suas atribuições legais. Revista Brasileira de Educação, 23(79), 1-22.

SILVA, M. R., & SILVA, S. C. (2019). A socioeducação em debate: uma análise crítica das medidas socioeducativas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

SOUZA, J. (2015). Métodos e técnicas de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Editora Atlas.




TEIXEIRA, Antônio Carlos Torres. Importância Da família. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/10680/1/A-Importancia-da-Familia/pagina1.html>. Acesso em: 22 de novembro de 2023.

UNOPS avança nos estudos de um modelo inovador para o sistema socioeducativo no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/139553-unops-avan%C3%A7a-nos-estudos-de-um-modelo-inovador-para-o-sistema-socioeducativo-no-brasil>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Anexo 01

Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal - Meio Aberto

Quadro 03 - Legenda da análise da realização das atividades práticas pelos profissionais do socioeducativo.

Ícone	Interpretação
	Mais de 50% dos profissionais do cargo declaram realizar a atividade.
	Mais de 50% dos profissionais do cargo declaram nunca realizar a atividade.
	Metade dos profissionais do cargo declara realizar, e metade declara nunca realizar a atividade.

Quadro 04 - Atividades práticas por cargo.

Competência		Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
1. Encaminhar providências e prestar orientação social aos socioeducandos e seus familiares	Especialistas					
2. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para encaminhá-los aos diversos equipamentos da rede socioassistencial	Assistentes Sociais					
3. Elaborar relatórios e estudos sociais para subsidiar as decisões judiciais e do Ministério Público	Assistentes Sociais					
4. Coordenar, supervisionar e/ou assessorar unidades do sistema socioeducativo	Especialistas; Agentes e Técnicos					
5. Participar no planejamento, implementação e avaliação da política de socioeducação	Especialistas; Agentes e Técnicos					
6. Sistematizar, organizar e analisar dados referentes a sua intervenção no sistema socioeducativo	Especialistas					
7. Elaborar, acompanhar e avaliar o PIA com o adolescente e a família	Especialistas					
8. Promover reflexão com os adolescentes sobre sua história de vida (identidade racial, de gênero, de orientação sexual, geracional etc.), trajetória infracional e alternativas para transformação social	Especialistas					
9. Estimular a organização coletiva e orientar os usuários, trabalhadores da política de socioeducação a constituir/participar de entidades representativas	Assistentes Sociais					
10. Instituir espaços coletivos de informação sobre os direitos socioassistenciais e o dever do Estado de garantir sua implementação	Assistentes Sociais					
11. Valer-se das diversas técnicas (entrevistas, visita domiciliar, estudo de caso, questionários, visitas institucionais etc.) para condução do atendimento socioeducativo	Especialistas					
12. Realizar e acompanhar o encaminhamento à rede de apoio, ao sistema de garantia de direitos e/ou à comunidade	Especialistas e Agentes					
13. Planejar e executar atividades socioeducativas individuais e grupais	Especialistas					
14. Planejar e executar atividades psicoterapêuticas	Psicólogos					

Competência		Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
15. Atuar na área de gestão de pessoas	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
16. Realizar acolhimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, internação provisória e atendidos pelo NAI, dos seus familiares e/ou responsáveis	Especialistas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
17. Realizar mediação de conflitos	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
18. Realizar visita domiciliar	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
19. Promover a matrícula e acompanhar a frequência escolar e realizar o acompanhamento dos jovens em atividades profissionalizantes	Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
20. Providenciar a documentação básica do adolescente	Técnico	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
21. Participar da elaboração do planejamento e do relatório anual de atividades	Especialistas; Agentes e Técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
22. Verificar as condições de trabalho de modo a evitar a exposição do adolescente a trabalho prematuro, abusivo ou de exploração	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
23. Atuar na formação dos profissionais do sistema socioeducativo	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
24. Elaborar estudo sobre a situação educacional dos adolescentes, levantando seu histórico escolar, as dificuldades enfrentadas para matrícula e permanência na escola e seu desempenho escolar	Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
25. Levantar com os adolescentes seus interesses, aptidões e necessidades no que diz respeito às atividades socioeducativas e de profissionalização	Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
26. Verificar instalações de infraestrutura e comunicar aos responsáveis eventuais problemas identificados	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
27. Acompanhar o adolescente ao local determinado para as atividades, conforme determinação prévia e manter-se presente	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Competência		Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
28. Supervisionar o atendimento às orientações médicas e a ministração de medicamentos prescritos quando necessário	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
29. Organizar e acompanhar as visitas aos jovens	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
30. Desenvolver ações voltadas aos egressos	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
31. Desenvolver intervenções de promoção e prevenção em saúde mental	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
32. Desenvolver ações que visem à redução de danos relacionados ao uso de drogas	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
33. Elaborar e tramitar documentos no SEI/SICOP	Especialistas; Agentes e Técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Legenda: Fazem sempre ou às vezes Nunca fazem Se dividem entre fazer e não fazer

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Quadro 05 - Legenda da análise da realização das atribuições legais dos profissionais do socioeducativo.

Ícone	Interpretação
✓	Mais de 50% dos profissionais do cargo reconhecem a atribuição legal.
✗	Mais de 50% dos profissionais do cargo não reconhecem a atribuição legal.
?	Mais de 50% dos profissionais do cargo não sabem se reconhecem a atribuição legal
✓✗	Cerca de 50% dos profissionais do cargo reconhecem e cerca de 50% não reconhecem a atribuição legal.
✓?	Cerca de 50% dos profissionais do cargo reconhecem e cerca de 50% não sabem se reconhecem a atribuição legal.
?✗	Cerca de 50% dos profissionais do cargo não reconhecem e cerca de 50% não sabem se reconhecem a atribuição legal.
✓?✗	Metade ou menos da metade dos profissionais do cargo declaram não reconhecer, reconhecer e não saber se reconhecem a atribuição legal.

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Quadro 06 - Atribuições legais por cargo

	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
1. Formular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar atividades relacionadas à gestão e execução das medidas socioeducativas	Especialista e Agente	✓	✓	✓	✓	✓?✗
2. Colaborar na elaboração e execução de instrumentais de acompanhamento, avaliação e pesquisa	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓?✗
3. Fornecer informações para subsidiar o planejamento, acompanhamento e execução físico-orçamentário das ações do órgão, inclusive com o fornecimento de dados estatísticos sobre a sua atividade	Especialistas; Agentes e Técnicos	✓	✓	✓	✓	✓✗
4. Participar das discussões relativas aos aspectos legais, políticos, culturais e técnicos do sistema socioeducativo	Especialistas; Agentes e Técnicos	✓	✓	✓	✓	✓?
5. Oferecer aos adolescentes e familiares um espaço de escuta qualificada	Psicólogos	✓	✓	✓	✓	✓?✗
6. Coordenar processos de identificação de interesses, elaborando e executando planos de atividades de desenvolvimento, de treinamento, socioeducativas e culturais executadas por organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil	Pedagogos	✓?✗	✓?✗	✓?✗	✓?✗	?
7. Planejar, coordenar, controlar a avaliação e execução de ações desenvolvidas pelo órgão por meio de diagnóstico, utilizando todos os recursos e técnicas específicas para obter um perfil completo do desenvolvimento do usuário do sistema socioeducativo	Especialistas	✓?✗	✓	✓	✓?✗	?✗
8. Articular-se com projetos e serviços existentes para a superação de dificuldades que contribuem para a infrequência e desempenho escolar insatisfatório	Pedagogos	✓	✓	✓	✓	✓?✗
9. Identificar oportunidades de trabalho, cursos profissionalizantes e parcerias que poderão agregar no processo de ressocialização do adolescente	Pedagogos	✓	✓	✓	✓	✓?✗
10. Recepcionar os socioeducandos recém-chegados e orientá-los quanto à disciplina, direitos e deveres estabelecidos nas normas internas da unidade	Agentes	✓	✓	✓	✓	✓?✗
11. Auxiliar no desenvolvimento de atividades pedagógicas direcionadas aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Especialista e Agente	✓	✓	✓	✓	✓?✗
12. Participar na elaboração de relatórios sobre a disciplina e desenvolvimento dos jovens e adolescentes atendidos, juntamente com a equipe de profissionais de especialistas socioeducativos	Agentes	✓	✓	✓	✓	✓?✗

	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
13. Participar das atividades relacionadas ao planejamento, execução e supervisão de atividades socioeducativas com os adolescentes	Especialistas	✓	✓	✓	✓	?
14. Realizar a convocação para que o adolescente inicie o cumprimento da medida, via telefone, telegrama, carta simples ou visita domiciliar conforme o caso	Especialistas	✓	✓	✓	✓	?✗
15. Monitorar as metas objetivas e pontuais previstas no PIA	Especialistas	✓	✓	✓	✓	?✗
16. Posicionar-se como modelo de conduta para o adolescente no cumprimento de seus deveres e obrigações	Agentes	✓	✓	✓	✓	?
17. Orientar os adolescentes em suas dificuldades pessoais	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓?✗
18. Alimentar o SIPIA/SINASE	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓
19. Assumir demandas mesmo que não sejam da sua área de formação para suprir demandas da unidade	Ninguém	✓	✓	✓	✓	✓?
20. Constituir e manter atualizado o prontuário, registros e documentos individuais dos socioeducandos	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓
21. Administrar e operacionalizar o sistema de controle de processos e documentos	Técnicos	✓	✗	✓?✗	✗	✓
22. Orientar, dirigir e executar atividades de administração de pessoal, finanças e atividades auxiliares	Técnicos	✗	✗	✗	✗	✓
23. Prestar informações à comunidade sobre violência juvenil e sobre as medidas socioeducativas	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓?✗
24. Contribuir para a criação de mecanismos de desburocratização da relação com os/as usuários/as para agilizar e melhorar os serviços prestados	Assistentes Sociais	✓	✓	✓	✓	✓?✗
25. Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho	Especialistas e Agentes	✓	✓	✓	✓	✓
26. Orientar a família e o adolescente sobre seus direitos e sobre os serviços governamentais e não governamentais a que podem ter acesso	Assistentes Sociais	✓	✓	✓	✓	?✗

	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
27. Auxiliar no gerenciamento de crises, mediação de conflitos e atendimentos específicos em casos urgentes ou de crises, tais como: tentativa de suicídio, tentativa de fuga, conflitos entre jovens ou entre os jovens e servidores, rebeliões, motins entre outros	Agentes	✓	✓	✓	✓	✗
28. Realizar a recepção e o cadastramento do jovem, adolescente e/ou familiar no SINASE fazendo os encaminhamentos necessários	Especialistas e Técnicos	✓	✓	✓	✓	✓?✗
29. Acompanhar o adolescente ao local determinado para as atividades, conforme determinação previa e manter-se presente	Agentes	✓	✓	✓	✓	✓?✗
30. Buscar constante interlocução com a escola da unidade e procurar acompanhar os projetos desenvolvidos pelos professores da escola, sempre que possível	Pedagogos	✓	✓✗	✓	✓	✗
31. Auxiliar o adolescente na construção do seu projeto de vida, ajudando-o a vislumbrar caminhos possíveis e a conhecer diferentes possibilidades	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✗
32. Realizar o contato com a família do adolescente, visando coletar as informações para o aprofundamento do caso	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✗
33. Realizar atividades de apoio administrativo quando necessário	Técnicos	✓	✓✗	✓	✗	✓?

Legenda: ✓ Reconhece ? Não sabe se reconhece ✗ Não reconhece ✓?✗ Se dividem entre reconhecer, não reconhecer e não saber
 ✓? Se dividem entre reconhecer e não saber ?✗ Se dividem entre não reconhecer e não saber

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
 Elaboração: DIPOS/Codeplan

Quadro 07 - Percepção sobre o sistema socioeducativo em grau de concordância por cargo.

	Agentes	Especialistas	Técnicos
1. Acredita que o sistema socioeducativo deve trabalhar com o apoio de uma rede socioprotetiva			
2. Acredito que o Estatuto da Criança e do Adolescente deveria ser revisto			
3. Sinto medo por trabalhar com adolescentes em medidas socioeducativas			
4. A minha família sente medo por eu trabalhar com adolescentes em medidas socioeducativas			
5. Acredito que as medidas socioeducativas são brandas para os adolescentes que cometem ato infracional			
6. Acredito que a família e a comunidade são componentes importantes no processo de socioeducação			
7. Considero gratificante o trabalho com adolescentes no sistema socioeducativo			
8. Acredito que a internação tem maior potencial de ressocialização de um jovem que as medidas em meio aberto			
9. Acredito que o sistema socioeducativo deve abordar nos atendimentos temas referentes a: sexualidade, profissionalização, família, drogas, racismo, intolerância sexual e religiosa, violência entre outros			
10. Acredito que a socioeducação é a melhor alternativa para lidar com adolescente infrator			
11. Acredito que o adolescente que seja atendido de forma adequada pelo sistema socioeducativo não cometerá outros delitos			

Legenda: Concorda Discorda Não concorda e não discorda Dividem-se entre concordar e discordar Dividem-se entre discordar, concordar e não discordar e não concordar

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal - Semiliberdade

Quadro 03 - Legenda da análise da realização das atividades práticas pelos profissionais do socioeducativo.

Ícone	Interpretação
	Mais de 50% dos profissionais do cargo declaram realizar a atividade.
	Mais de 50% dos profissionais do cargo declaram nunca realizar a atividade.
	Metade dos profissionais do cargo declara realizar, e metade declara nunca realizar a atividade.

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

		Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
28. Supervisionar o atendimento às orientações médicas e a ministração de medicamentos prescritos quando necessário	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
29. Organizar e acompanhar as visitas aos jovens	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
30. Desenvolver ações voltadas aos egressos	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
31. Desenvolver intervenções de promoção e prevenção em saúde mental	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
32. Desenvolver ações que visem à redução de danos relacionados ao uso de drogas	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
33. Elaborar e tramitar documentos no SEI/SICOP	Especialistas; Agentes e Técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Legenda: Fazem sempre ou às vezes Nunca fazem Se dividem entre fazer e não fazer

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Quadro 5 - Legenda da análise da realização das atribuições legais dos profissionais do socioeducativo.

Ícone	Interpretação
<input checked="" type="checkbox"/>	Mais de 50% dos profissionais do cargo reconhecem a atribuição legal.
<input checked="" type="checkbox"/>	Mais de 50% dos profissionais do cargo não reconhecem a atribuição legal.
?	Mais de 50% dos profissionais do cargo não sabem se reconhecem a atribuição legal
<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	Cerca de 50% dos profissionais do cargo reconhecem e cerca de 50% não reconhecem a atribuição legal.
<input checked="" type="checkbox"/> ?	Cerca de 50% dos profissionais do cargo reconhecem e cerca de 50% não sabem se reconhecem a atribuição legal.
? <input checked="" type="checkbox"/>	Cerca de 50% dos profissionais do cargo não reconhecem e cerca de 50% não sabem se reconhecem a atribuição legal.
<input checked="" type="checkbox"/> ? <input checked="" type="checkbox"/>	Metade ou menos da metade dos profissionais do cargo declaram não reconhecer, reconhecer e não saber se reconhecem a atribuição legal.

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Quadro 06 - Atribuições legais por cargo

	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
1. Formular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar atividades relacionadas à gestão e execução das medidas socioeducativas	Especialista e Agente	✓	✓	✓? ✗	✓	✓
2. Colaborar na elaboração e execução de instrumentais de acompanhamento, avaliação e pesquisa	Especialistas	✓	✗	✓	✓	✓
3. Fornecer informações para subsidiar o planejamento, acompanhamento e execução físico-orçamentário das ações do órgão, inclusive com o fornecimento de dados estatísticos sobre a sua atividade	Especialistas; Agentes e Técnicos	✓? ✗	✓	✓? ✗	✓	✓
4. Participar das discussões relativas aos aspectos legais, políticos, culturais e técnicos do sistema socioeducativo	Especialistas; Agentes e Técnicos	✓	✓	✓	✓	✓ ✗
5. Oferecer aos adolescentes e familiares um espaço de escuta qualificada	Psicólogos	✓	✓	✓	✓	✓ ✗
6. Coordenar processos de identificação de interesses, elaborando e executando planos de atividades de desenvolvimento, de treinamento, socioeducativas e culturais executadas por organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil	Pedagogos	✓? ✗	✓	✓	✓	✓ ✗
7. Planejar, coordenar, controlar a avaliação e execução de ações desenvolvidas pelo órgão por meio de diagnóstico, utilizando todos os recursos e técnicas específicas para obter um perfil completo do desenvolvimento do usuário do sistema socioeducativo	Especialistas	✓? ✗	✓	✓? ✗	✓	✓
8. Articular-se com projetos e serviços existentes para a superação de dificuldades que contribuam para a infrequência e desempenho escolar insatisfatório	Pedagogos	✓? ✗	✓	✓	✓	✗
9. Identificar oportunidades de trabalho, cursos profissionalizantes e parcerias que poderão agregar no processo de ressocialização do adolescente	Pedagogos	✓	✓	✓	✓	✓
10. Recepcionar os socioeducandos recém-chegados e orientá-los quanto à disciplina, direitos e deveres estabelecidos nas normas internas da unidade	Agentes	✓	✗	✓	✓	✗
11. Auxiliar no desenvolvimento de atividades pedagógicas direcionadas aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Especialista e Agente	✓	✗	✓	✓	✓ ✗
12. Participar na elaboração de relatórios sobre a disciplina e desenvolvimento dos jovens e adolescentes atendidos, juntamente com a equipe de profissionais de especialistas socioeducativos	Agentes	✓	✗	✓	✓	✗
	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
13. Participar das atividades relacionadas ao planejamento, execução e supervisão de atividades socioeducativas com os adolescentes	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓? ✗
14. Realizar a convocação para que o adolescente inicie o cumprimento da medida, via telefone, telegrama, carta simples ou visita domiciliar conforme o caso	Especialistas	✗	✗	✗	✗	✗
15. Monitorar as metas objetivas e pontuais previstas no PIA	Especialistas	✓? ✗	✗	✓	✓	✗
16. Posicionar-se como modelo de conduta para o adolescente no cumprimento de seus deveres e obrigações	Agentes	✓	✓	✓	✓	✓
17. Orientar os adolescentes em suas dificuldades pessoais	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓
18. Alimentar o SIPIA/SINASE	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓
19. Assumir demandas mesmo que não sejam da sua área de formação para suprir demandas da unidade	Ninguém	✓	✗	✓	✓	✓?
20. Constituir e manter atualizado o prontuário, registros e documentos individuais dos socioeducandos	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓
21. Administrar e operacionalizar o sistema de controle de processos e documentos	Técnicos	✓? ✗	✓	✓? ✗	✗	✓
22. Orientar, dirigir e executar atividades de administração de pessoal, finanças e atividades auxiliares	Técnicos	✗	✗	✗	✗	✓
23. Prestar informações à comunidade sobre violência juvenil e sobre medidas socioeducativas	Especialistas	✓	✓	✓?	✓	✓? ✗
24. Contribuir para a criação de mecanismos de desburocratização da relação com os/as usuários/as para agilizar e melhorar os serviços prestados	Assistentes Sociais	✓	✗	✓? ✗	✓	✓? ✗
25. Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho	Especialistas e Agentes	✓	✗	✓	✓	✓
26. Orientar a família e o adolescente sobre seus direitos e sobre os serviços governamentais e não governamentais a que podem ter acesso	Assistentes Sociais	✓	✓	✓	✓	✓

	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
27. Auxiliar o gerenciamento de crises, mediação de conflitos e atendimentos específicos em casos urgentes ou de crises, tais como: tentativa de suicídio, de fuga, conflitos entre jovens ou entre jovens e servidores, rebeliões, motins, entre outros.	Agentes	✓	?	✓	✓	✓? ✗
28. Realizar a recepção e o cadastramento do jovem, adolescente e/ou familiar no SINASE fazendo os encaminhamentos necessários	Especialistas e Técnicos	✓	✗	✓? ✗	✓	✓
29. Acompanhar o adolescente ao local determinado para as atividades, conforme determinação previa e manter-se presente	Agentes	✓	✗	✓	✓	✓ ✗
30. Buscar constante interlocução com a escola da unidade e procurar acompanhar os projetos desenvolvidos pelos professores da escola, sempre que possível	Pedagogos	✓? ✗	✓	✓	✓	✗
31. Auxiliar o adolescente na construção do seu projeto de vida, ajudando-o a vislumbrar caminhos possíveis e a conhecer diferentes possibilidades	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓ ✗
32. Realizar o contato com a família do adolescente, visando coletar as informações para o aprofundamento do caso	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓? ✗
33. Realizar atividades de apoio administrativo quando necessário	Técnicos	✓	✗	✗	✓	✓

Legenda: Reconhece Não sabe se reconhece Não reconhece Se dividem entre reconhecer, não reconhecer e não saber
 Se dividem entre reconhecer e não saber Se dividem entre não reconhecer e não saber

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
 Elaboração: DIPOS/Codeplan

Quadro 7 - Percepção sobre o sistema socioeducativo em grau de concordância por cargo.




	Agentes	Especialistas	Técnicos
1. Acredita que o sistema socioeducativo deve trabalhar com o apoio de uma rede socioprotetiva			
2. Acredito que o Estatuto da Criança e do Adolescente deveria ser revisto			
3. Sinto medo por trabalhar com adolescentes em medidas socioeducativas			
4. A minha família sente medo por eu trabalhar com adolescentes em medidas socioeducativas			
5. Acredito que as medidas socioeducativas são brandas para os adolescentes que cometem ato infracional			
6. Acredito que a família e a comunidade são componentes importantes no processo de socioeducação			
7. Considero gratificante o trabalho com adolescentes no sistema socioeducativo			
8. Acredito que a internação tem maior potencial de ressocialização de um jovem que as medidas em meio aberto			
9. Acredito que o sistema socioeducativo deve abordar nos atendimentos temas referentes a: sexualidade, profissionalização, família, drogas, racismo, intolerância sexual e religiosa, violência entre outros			
10. Acredito que a socioeducação é a melhor alternativa para lidar com adolescente infrator			
11. Acredito que o adolescente que seja atendido de forma adequada pelo sistema socioeducativo não cometerá outros delitos			

Legenda: Concorda Discorda Não concorda e não discorda Dividem-se entre concordar e discordar
 Dividem-se entre discordar, concordar e não discordar e não concordar

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
 Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal - Internação

Quadro 3 - Legenda da análise da realização das atividades práticas pelos profissionais do socioeducativo.

Ícone	Interpretação
	Mais de 50% dos profissionais do cargo declaram realizar a atividade.
	Mais de 50% dos profissionais do cargo declaram nunca realizar a atividade.
	Metade dos profissionais do cargo declara realizar, e metade declara nunca realizar a atividade.

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Quadro 4 - Atividades práticas por cargo.

	Competência	Agentes				
		Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico	
1. Encaminhar providências e prestar orientação social aos socioeducandos e seus familiares	Especialistas					
2. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para encaminhá-los aos diversos equipamentos da rede socioassistencial	Assistentes Sociais					
3. Elaborar relatórios e estudos sociais para subsidiar as decisões judiciais e do Ministério Público	Assistentes Sociais					
4. Coordenar, supervisionar e/ou assessorar unidades do sistema socioeducativo	Especialistas; Agentes e Técnicos					
5. Participar no planejamento, implementação e avaliação da política de socioeducação	Especialistas; Agentes e Técnicos					
6. Sistematizar, organizar e analisar dados referentes a sua intervenção no sistema socioeducativo	Especialistas					
7. Elaborar, acompanhar e avaliar o PIA com o adolescente e a família	Especialistas					
8. Promover reflexão com os adolescentes sobre sua história de vida (identidade racial, de gênero, de orientação sexual, geracional etc.), trajetória infracional e alternativas para transformação social	Especialistas					
9. Estimular a organização coletiva e orientar os usuários, trabalhadores da política de socioeducação a constituir/participar de entidades representativas	Assistentes Sociais					
10. Instituir espaços coletivos de informação sobre os direitos socioassistenciais e o dever do Estado de garantir sua implementação	Assistentes Sociais					
11. Valer-se das diversas técnicas (entrevistas, visita domiciliar, estudo de caso, questionários, visitas institucionais etc.) para condução do atendimento socioeducativo	Especialistas					
12. Realizar e acompanhar o encaminhamento à rede de apoio, ao sistema de garantia de direitos e/ou à comunidade	Especialistas e Agentes					
13. Planejar e executar atividades socioeducativas individuais e grupais	Especialistas					
14. Planejar e executar atividades psicoterapêuticas	Psicólogos					

Competência		Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
15. Atuar na área de gestão de pessoas	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
16. Realizar acolhimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, internação provisória e atendidos pelo NAI, dos seus familiares e/ou responsáveis	Especialistas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
17. Realizar mediação de conflitos	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
18. Realizar visita domiciliar	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
19. Promover a matrícula e acompanhar a frequência escolar e realizar o acompanhamento dos jovens em atividades profissionalizantes	Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
20. Providenciar a documentação básica do adolescente	Técnico	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
21. Participar da elaboração do planejamento e do relatório anual de atividades	Especialistas; Agentes e Técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
22. Verificar as condições de trabalho de modo a evitar a exposição do adolescente a trabalho prematuro, abusivo ou de exploração	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
23. Atuar na formação dos profissionais do sistema socioeducativo	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
24. Elaborar estudo sobre a situação educacional dos adolescentes, levantando seu histórico escolar, as dificuldades enfrentadas para matrícula e permanência na escola e seu desempenho escolar	Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
25. Levantar com os adolescentes seus interesses, aptidões e necessidades no que diz respeito às atividades socioeducativas e de profissionalização	Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
26. Verificar instalações de infraestrutura e comunicar aos responsáveis eventuais problemas identificados	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
27. Acompanhar o adolescente ao local determinado para as atividades conforme determinação prévia e manter-se presente	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Competência		Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
28. Supervisionar o atendimento às orientações médicas e a ministração de medicamentos prescritos quando necessário	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
29. Organizar e acompanhar as visitas aos jovens	Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
30. Desenvolver ações voltadas aos egressos	Especialistas e Agentes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
31. Desenvolver intervenções de promoção e prevenção em saúde mental	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
32. Desenvolver ações que visem à redução de danos relacionados ao uso de drogas	Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
33. Elaborar e tramitar documentos no SEI/SICOP	Especialistas; Agentes e Técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Legenda: Fazem sempre ou às vezes Nunca fazem Se dividem entre fazer e não fazer

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Quadro 5 - Legenda da análise da realização das atribuições legais dos profissionais do socioeducativo.

Ícone	Interpretação
✓	Mais de 50% dos profissionais do cargo reconhecem a atribuição legal.
✗	Mais de 50% dos profissionais do cargo não reconhecem a atribuição legal.
?	Mais de 50% dos profissionais do cargo não sabem se reconhecem a atribuição legal
✓✗	Cerca de 50% dos profissionais do cargo reconhecem e cerca de 50% não reconhecem a atribuição legal.
✓?	Cerca de 50% dos profissionais do cargo reconhecem e cerca de 50% não sabem se reconhecem a atribuição legal.
?✗	Cerca de 50% dos profissionais do cargo não reconhecem e cerca de 50% não sabem se reconhecem a atribuição legal.
✓?✗	Metade ou menos da metade dos profissionais do cargo declaram não reconhecer, reconhecer e não saber se reconhecem a atribuição legal.

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Quadro 6 - Atribuições legais por cargo.

	Competência	Agentes	ASSISTENTE social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
1. Formular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar atividades relacionadas à gestão e execução das medidas socioeducativas	Especialista e Agente	✓	✓	✓	✓	✓
2. Colaborar na elaboração e execução de instrumentais de acompanhamento, avaliação e pesquisa	Especialistas	✓?✗	✓	✓	✓	✓?✗
3. Fornecer informações para subsidiar o planejamento, acompanhamento e execução físico-orçamentário das ações do órgão, inclusive com o fornecimento de dados estatísticos sobre a sua atividade	Especialistas; Agentes e Técnicos	✓?✗	✓	✓?✗	✓	✓
4. Participar das discussões relativas aos aspectos legais, políticos, culturais e técnicos do sistema socioeducativo	Especialistas; Agentes e Técnicos	✓	✓	✓	✓	✓
5. Oferecer aos adolescentes e familiares um espaço de escuta qualificada	Psicólogos	✓?✗	✓	✓	✓	✗
6. Coordenar processos de identificação de interesses, elaborando e executando planos de atividades de desenvolvimento, de treinamento, socioeducativas e culturais executadas por organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil	Pedagogos	✗	✓	✓	✓	✗
7. Planejar, coordenar, controlar a avaliação e execução de ações desenvolvidas pelo órgão por meio de diagnóstico, utilizando todos os recursos e técnicas específicas para obter um perfil completo do desenvolvimento do usuário do sistema socioeducativo	Especialistas	✗	✓	✓?✗	✓	✗
8. Articular-se com projetos e serviços existentes para a superação de dificuldades que contribuem para a infrequência e desempenho escolar insatisfatório	Pedagogos	✗	✓	✓	✓?✗	✗
9. Identificar oportunidades de trabalho, cursos profissionalizantes e parcerias que poderão agregar no processo de ressocialização do adolescente	Pedagogos	✗	✓	✓	✓	✗
10. Recepcionar os socioeducandos recém-chegados e orientá-los quanto à disciplina, direitos e deveres estabelecidos nas normas internas da unidade	Agentes	✓	✓	✓	✓	✗
11. Auxiliar no desenvolvimento de atividades pedagógicas direcionadas aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Especialista e Agente	✓	✓	✓	✓	✗
12. Participar na elaboração de relatórios sobre a disciplina e desenvolvimento dos jovens e adolescentes atendidos, juntamente com a equipe de profissionais de especialistas socioeducativos	Agentes	✓	✓	✓	✓	✗

	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
13. Participar das atividades relacionadas ao planejamento, execução e supervisão de atividades socioeducativas com os adolescentes	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓?✗
14. Realizar a convocação para que o adolescente inicie o cumprimento da medida, via telefone, telegrama, carta simples ou visita domiciliar conforme o caso	Especialistas	✗	✗	✗	✗	✗
15. Monitorar as metas objetivas e pontuais previstas no PIA	Especialistas	✓?✗	✓	✓	✓	✗
16. Posicionar-se como modelo de conduta para o adolescente no cumprimento de seus deveres e obrigações	Agentes	✓	✓	✓	✓	✓
17. Orientar os adolescentes em suas dificuldades pessoais	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✗
18. Alimentar o SIPIA/SINASE	Especialistas	✓?✗	✓	✓	✓	✓
19. Assumir demandas mesmo que não sejam da sua área de formação para suprir demandas da unidade	Ninguém	✓	✗	✓	✓?✗	✓
20. Constituir e manter atualizado o prontuário, registros e documentos individuais dos socioeducandos	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✓
21. Administrar e operacionalizar o sistema de controle de processos e documentos	Técnicos	✓?✗	✗	✓?✗	✗	✓
22. Orientar, dirigir e executar atividades de administração de pessoal, finanças e atividades auxiliares	Técnicos	✗	✗	✗	✗	✓
23. Prestar informações à comunidade sobre violência juvenil e sobre as medidas socioeducativas	Especialistas	✓?✗	✓	✓	✓	✗
24. Contribuir para a criação de mecanismos de desburocratização da relação com os/as usuários/as para agilizar e melhorar os serviços prestados	Assistentes Sociais	✓?✗	✓	✓	✓	✓
25. Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho	Especialistas e Agentes	✓	✓	✓	✓	✓
26. Orientar a família e o adolescente sobre seus direitos e sobre os serviços governamentais e não governamentais a que podem ter acesso	Assistentes Sociais	✓	✓	✓	✓	✗

	Competência	Agentes	Assistente social	Pedagogo	Psicólogo	Técnico
27. Auxiliar no gerenciamento de crises, mediação de conflitos e atendimentos específicos em casos urgentes ou de crises, tais como: tentativa de suicídio, tentativa de fuga, conflitos entre jovens ou entre os jovens e servidores, rebeliões, motins entre outros	Agentes	✓	✓	✓	✓	✗
28. Realizar a recepção e o cadastramento do jovem, adolescente e/ou familiar no SINASE fazendo os encaminhamentos necessários	Especialistas e Técnicos	✓?✗	✓?✗	✓	✓	✓
29. Acompanhar o adolescente ao local determinado para as atividades conforme determinação previa e manter-se presente	Agentes	✓	✗	✓	✓?✗	✗
30. Buscar constante interlocução com a escola da unidade e procurar acompanhar os projetos desenvolvidos pelos professores da escola, sempre que possível	Pedagogos	✓?✗	✓	✓	✓	✗
31. Auxiliar o adolescente na construção do seu projeto de vida, ajudando-o a vislumbrar caminhos possíveis e a conhecer diferentes possibilidades	Especialistas	✓	✓	✓	✓	✗
32. Realizar o contato com a família do adolescente, visando coletar as informações para o aprofundamento do caso	Especialistas	✗	✓	✓	✓	✗
33. Realizar atividades de apoio administrativo quando necessário	Técnicos	✓	✗	✓	✓?✗	✓

Legenda: Reconhece Não sabe se reconhece Não reconhece Se dividem entre reconhecer, não reconhecer e não saber
 Se dividem entre reconhecer e não saber Se dividem entre não reconhecer e não saber

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
 Elaboração: DIPOS/Codeplan

Quadro 7 - Percepção sobre o sistema socioeducativo em grau de concordância por cargo.

	Agentes	Especialistas	Técnicos
1. Acredita que o sistema socioeducativo deve trabalhar com o apoio de uma rede socioprotetiva			
2. Acredito que o Estatuto da Criança e do Adolescente deverá ser revisto			
3. Sinto medo por trabalhar com adolescentes em medidas socioeducativas			
4. A minha família sente medo por eu trabalhar com adolescentes em medidas socioeducativas			
5. Acredito que as medidas socioeducativas são brandas para os adolescentes que cometem ato infracional			
6. Acredito que a família e a comunidade são componentes importantes no processo de socioeducação			
7. Considero gratificante o trabalho com adolescentes no sistema socioeducativo			
8. Acredito que a internação tem maior potencial de ressocialização de um jovem que as medidas em meio aberto			
9. Acredito que o sistema socioeducativo deve abordar nos atendimentos temas referentes a: sexualidade, profissionalização, família, drogas, racismo, intolerância sexual e religiosa, violência, entre outros			
10. Acredito que a socioeducação é a melhor alternativa para lidar com adolescente infrator			
11. Acredito que o adolescente que é atendido de forma adequada pelo sistema socioeducativo não cometerá outros delitos			

Legenda: Concorda Discorda Não concorda e não discorda Dividem-se entre concordar e discordar Dividem-se entre discordar, concordar e não discordar e não concordar

Fonte: Codeplan, Pesquisa Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, 2019
Elaboração: DIPOS/Codeplan.